


A importância de não ser “pluricêntrico”. Teoria e práxis da (desejada) internacionalização do português/ *The importance of not being “pluricentric”. Theory and praxis of the (desired) internationalization of Portuguese*

Davi Borges de Albuquerque *

Doutor em Linguística (Universidade de Brasília). Professor Associado da Escola de Estudos Estrangeiros (Universidade Nankai)

 <https://orcid.org/0000-0002-1941-6925>

Roberto Mulinacci **

Professor titular de Linguística Portuguesa e Brasileira no Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne da Università di Bologna – Itália.

 <https://orcid.org/0000-0002-9440-9207>

Recebido em: 10 abr. 2024. **Aprovado** em: 01 jul. 2024.

Como citar este artigo:

ALBUQUERQUE, D. B.; MULINACCI, R. A importância de não ser “pluricêntrico”. Teoria e práxis da (desejada) internacionalização do português. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, v. 13, n. 3. p. e-2335, ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12752753>.

RESUMO

Ao longo dos últimos anos, o conceito de pluricentrismo da língua portuguesa virou uma espécie de truismo ou de verdade apodítica, isto é, algo que, aparentemente, de tão evidente, sequer precisa ser demonstrado, ao ponto de as abordagens dele terem acabado por ganhar contornos idealizantes e, às vezes, simplistas. Assim, o intuito deste trabalho é raciocinar sobre a própria pertinência teórica da noção de pluricentricidade aplicada ao português, a partir não só das concretas implicações “ontológicas” e (geo)políticas do termo, como também do estágio atual das pesquisas, e das suas possíveis e desejáveis projeções didáticas e práticas. Por conseguinte, a metodologia utilizada aqui é qualitativa, consistindo principalmente na análise bibliográfica e em comentários e reflexões baseados nela. Como resultados, apontamos a importância do cuidado com modismos acadêmicos, ao mesmo tempo em que salientamos a necessidade de um maior desenvolvimento de certos aspectos do ensino de Português Língua Estrangeira (PLE), investindo mais, por exemplo, na construção de *corpora* do português e tendo em vista sobretudo o perfil do aprendiz aloglota.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; Pluricentrismo; Internacionalização; Lusofonia.

*

 albuquerque07@gmail.com

**

 roberto.mulinacci@unibo.it

ABSTRACT

Over the last few years, the concept of pluricentrism in the Portuguese language has become a kind of truism or apodictic truth, that is, something that, apparently, is so obvious that it does not even need to be demonstrated, to the point that its approaches have ended up gaining idealizing and, at times, simplistic contours. Thus, the aim of this work is to reason about the theoretical relevance of the notion of pluricentricity applied to Portuguese, based not only on the concrete “ontological” and (geo)political implications of the term, but also on the current stage of research, and its possible and desirable didactic and practical projections. Therefore, the methodology used here is qualitative, consisting mainly of bibliographic analysis and comments and reflections based on it. As results, we point out the importance of being careful with academic fads, at the same time that we highlight the need for greater development of certain aspects of teaching Portuguese as a Foreign Language (PLE), investing more, for example, in the construction of Portuguese corpora and especially with a view to the profile of the alloglot learner.

KEYWORDS: Portuguese language; Pluricentrism; Internationalization; Lusophony.

1 Introdução

Para começar, oferecemos umas palavras preliminares sobre o título dessa contribuição, bem como algumas reflexões iniciais sobre o tema. De fato, qual o sentido de um texto enfocando a questão controversa do pluricentrismo da língua portuguesa, ainda mais pelo viés da sua não menos controversa dimensão internacional, que, embora dependendo da acepção do termo, não coincide com a perspectiva pluricêntrica e parece inclusive contradizê-la?¹

De fato, se internacionalização e pluricentrismo do português estão, pelo menos em tese, mutuamente interligados - conquanto nem sempre de modo previsível, uma vez que o significado dos dois termos está longe de ser autoexplicativo, oscilando entre uma acepção bem básica e, diríamos, quase denotativa, e outra mais conotativa, que deriva das aspirações que se concentram em cada um deles -, qual a vantagem de perspectivar um conceito através do outro? Apenas o fato de tornar aparentemente inteligível um rótulo que, apesar de estar na moda no debate científico contemporâneo, continua a ter aplicações, em geral, reducionistas ou simplistas, terminando por assimilar o pluricentrismo à internacionalidade da língua portuguesa?

E, de resto, invertendo o ponto de vista, sobre o que falamos quando nos referimos à internacionalização do português em função do pluricentrismo dele? Será, por exemplo, que o português é realmente uma língua internacional por ser, segundo o chavão corrente, pluricêntrica? Ou não será, pelo contrário, que a internacionalização da língua portuguesa acaba sendo prejudicada justamente pelo seu suposto pluricentrismo, isto é, trocando uma simples aspiração

¹ Todos os autores são responsáveis pelas ideias, discussões, aspectos metodológicos e resultados deste trabalho, porém as seções 2 e 3 são de responsabilidade de Roberto Mulinacci, enquanto a seção 4 apresenta propostas de Davi Albuquerque.

por um dado de realidade e sacrificando em nome dela as potencialidades de desenvolvimento de seu status geopolítico?

São essas, afinal, algumas das perguntas às quais gostaríamos de tentar responder através deste artigo. Por enquanto, porém, o que podemos desde já dizer é que as duas temáticas aqui em pauta, a da internacionalização e a do pluricentrismo do português, têm se tornado, ao longo dos últimos anos, absolutamente centrais na literatura científica sobre essa língua, virando quase palavras de ordem de qualquer tipo de abordagem da Lusofonia², como se fosse necessário assumir, de saída, o reconhecimento delas enquanto condições objetivas, funcionando, portanto, como premissa de toda e qualquer consideração suplementar. Só que nenhuma das duas categorias, tomadas às vezes por sinonímicas, se revela realmente adequada para abarcar a complexidade da atual situação do português no mundo, sendo a primeira (a internacionalização) apenas uma ambição e a segunda (o pluricentrismo) nada mais do que uma meia verdade, embora tida como uma situação de fato.

Ainda, é em particular o pluricentrismo do português que tem se transformado em uma espécie de truísmo, ou seja, algo que de tão evidente nem precisa ser demonstrado, mas que, apesar disso, acaba condicionando dramaticamente todas as nossas, não raro superficiais, equações científicas.

Por isso, com vistas a uma abordagem mais realista do mundo lusófono contemporâneo, pretendemos partir de uma análise dos dois termos aqui evocados para verificar se, de fato, correspondem à imagem da língua portuguesa que tencionam transmitir e que, na esteira da valiosa reflexão de Silva (2018), um dos estudiosos que mais se tem debruçado sobre a questão do pluricentrismo do português, se apresentam de forma bastante dialética, sendo um praticamente o oposto do outro, conforme se mostra nesse trecho do autor supramencionado:

Neste contexto atual e prospetivo, que estandardização se espera para o português – uma estandardização panlusófona de uma supranorma culta comum, orientadora e internacional, ou uma estandardização pluricêntrica? Depois de uma estandardização monocêntrica nos séc. XVI a XIX com o aparecimento e florescimento das primeiras gramáticas, dicionários, ortografias e outros instrumentos normativos em Portugal e de uma estandardização bicêntrica nos séc.s XIX e XX por parte de Portugal e do Brasil, para a diferenciação, tipicamente divergente, do português brasileiro e

² Foge do escopo deste artigo debater aspectos relativos às definições, usos ou ideologias presentes na palavra 'lusofonia'. Discutimos brevemente, em 4.1, apenas o conceito de lusofonia à luz do ponto de vista dos falantes de português nos países da CPLP. Desta maneira, no decorrer deste texto, 'lusofonia' e 'lusófono' fazem referência ora à língua portuguesa, ora aos países de língua oficial portuguesa.

do português europeu, espera-se uma standardização pluricêntrica no pleno sentido linguístico e político. Uma codificação pluricêntrica, não apenas ortográfica, mas também lexical e sobretudo gramatical. (...) Precisamos de gramáticas que integrem quer a variação dentro de cada padrão nacional quer a variação entre diferentes padrões nacionais. Mais do que um padrão panlusófono ou internacional comum codificado em gramáticas e dicionários, precisamos de gramáticas e dicionários pluricêntricos. A construção destes instrumentos pluricêntricos não inviabiliza, antes facilita a construção daqueles instrumentos internacionais. E mais do que um modelo panlusófono para que algumas políticas de língua românticas e racionalistas parecem orientar-se, precisamos de uma política e gestão multilateral que reconheça e promova o português como língua pluricêntrica (Silva, 2018, p. 128).

Pois bem, em resumidas contas, temos nessa passagem, embora observadas pelo ângulo da sua padronização, todas as principais questões que dizem respeito ao futuro da língua portuguesa, sendo justamente, por ora, quer o pluricentrismo quer a internacionalização meras aspirações, cuja exequibilidade depende, afinal, de vários fatores.

2 *Status quaestionis*

A fim de esclarecer melhor também a sua presumida projeção internacional, talvez convenha começar pela análise da configuração aparentemente pluricêntrica da comunidade de fala portuguesa, sendo esta, na verdade, conforme é sabido, com base em várias pesquisas e dados linguísticos (Joseph, 1987; Baxter, 1992; Pöll, 2001; Aguiar E Silva, 2007; Oliveira, 2016; Silva, 2018), apenas bicêntrica, com o bicefalismo luso-brasileiro que constitui atualmente a única realidade normativa possível desse universo de variação, conquanto também o *status* das duas variedades majoritárias e hegemônicas dele, a portuguesa e a brasileira, não esteja de todo isento de problemas.

Dessa vez, a razão do questionamento assenta, de fato, na não superponibilidade do Português Europeu (PE) e do Português Brasileiro (PB) sob uma série de aspectos, que concerne, por exemplo, tanto à projeção das suas normas pelo mundo afora - estando a brasileira praticamente restrita ao Brasil³, ao passo que a europeia continua constituindo uma referência

³ Vale lembrar que mesmo com os esforços recentes do governo brasileiro com uma tentativa de centralização das ações de difusão do PB, por meio da criação do Instituto Guimarães Rosa, isto não significa que esta variedade do português começará a ser falada nos demais países da CPLP ou em outros países estrangeiros, visto que o programa de leitorado brasileiro continua em número reduzido (cerca de 40 leitores apenas, esparsos em poucos países, distantes e com pouco diálogo efetivo em relação à língua portuguesa) e descontinuo (os leitores passam um período curto de tempo, 2 a 4 anos, e não podem renovar ou dar continuidade a seus respectivos trabalhos), bem como as demais ações são pequenas, com pouco incentivo e orçamento, tendo, assim, impacto e resultados reduzidos. Essas iniciativas do governo brasileiro ainda são poucas quando comparadas com o que já foi feito por Portugal, que,

importante para os demais Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Oliveira, 2016) -, quanto, e sobretudo, à relação recíproca das normas em apreço dentro de cada um desses dois espaços nacionais, uma vez que no Brasil a língua escrita ainda se pauta, embora bem menos do que antes, pela norma lusitana, não se dando, porém, o inverso.

Isso pode ser apontado, em suma, como uma patente assimetria, que, contradizendo ao menos parcialmente a afirmação de Clyne (1992b) - quando, em um texto pioneiro sobre as línguas pluricêntricas, falava nas condições de desenvolvimento de um pluricentrismo simétrico do português -, já havia sido esboçada, naquele mesmo volume, por Baxter (1992, p. 35), o qual lhe tinha acrescentado também outras características, desde a maciça exposição do PB em todos os países lusófonos, incluindo Portugal, até a distância dos usos linguísticos reais dos brasileiros a respeito do padrão gramatical ali considerado normativo. Duas situações que, conforme é notório, não encontram correspondência no PE⁴.

Contudo, se o bicentrismo representa hoje o oportuno redimensionamento ontológico da noção do português como língua supostamente pluricêntrica, vale a pena lembrar, porém, que a ideia da sua pluricentricidade não desapareceu desse horizonte de estudos, representando, pelo contrário, a nova, almejada fronteira política de uma gestão comum e compartilhada dessa língua. No entanto, tal aceção implica duas ordens de problemas: a primeira é que subsistam realmente as condições para um desenvolvimento pluricêntrico da língua portuguesa; a segunda é saber o que significaria, concretamente, em termos de padronização linguística, a presença de instâncias de codificação pluricêntrica que são esperadas e desejadas por muitos, sem que se explique, porém, como deveriam se realizar.

Na verdade, apesar da reflexão cada vez mais aprofundada que está sendo produzida internacionalmente em torno das línguas pluricêntricas (basta pensar na série de volumes organizados por Rudolf Muhr e outros estudiosos, dos quais participaram colegas portugueses e brasileiros), temos, às vezes, a impressão de que o rótulo de “pluricentrismo”, em alguns dos seus contextos de aplicação acadêmica (Batoréo, 2016; Duarte, 2019), é usado principalmente como conceito genérico para se referir apenas à geografia pluricontinental do português, sem considerar as contribuições dessa ferramenta teórica, que assenta justamente no significado de “centro”, de

pelo contrário, apresenta uma série de projetos, incentivos, escolas, materiais, infraestruturas etc. beneficiando tanto as comunidades dos aprendizes, como também o trabalho e a carreira do professor de PLE.

⁴ Primeiramente, vale ressaltar que é notável Baxter (1992) ter percebido tal fenômeno com anos de antecedência. Além disso, retornamos a este assunto mais adiante, na seção 4, mas adiantamos aqui que, nos últimos anos, tal cenário se intensificou, com diferentes graus e tipos de influências do PB sobre o PE e o português falado na África.

que depende, afinal, a legitimidade de muitas das argumentações tecidas em torno da pluricentricidade da língua portuguesa e que, pelo contrário, nenhum dos especialistas que até agora têm abordado o tema teve interesse em definir com maior precisão.

Mas o que é, pois, um centro nessa perspectiva da sociologia da linguagem, assumindo como elemento balizador a definição de “língua pluricêntrica” dada por Clyne (1992a, p. 1), onde se fala justamente de “vários centros em interação, cada um apresentando sua variedade nacional com, ao menos, algumas normas próprias (codificadas)”⁵? Uma definição, esta, que, se exclui, de saída, qualquer hipótese de uma Lusofonia que possa ser realmente considerada como uma pluralidade de centros linguísticos - sendo, de fato, cada um deles simplesmente identificável pelo seu pertencimento às diferentes geografias nacionais desse conjunto de países, ao invés de que como lugar dotado de autônoma força padronizadora -, não basta, porém, para elucidar a questão da heterogeneidade dos centros que se escondem debaixo daquele termo aparentemente comum.

Em outras palavras, se a elaboração e o estabelecimento de um padrão linguístico nacional, que é a função primária associada, nesse caso, ao conceito de ‘centro’, reduz drasticamente a extensão dos países de língua oficial portuguesa a que pode ser aplicado, com a exceção justamente dos dois centros canônicos, Portugal e Brasil, resta saber qual a efetiva classificação ‘intensional’⁶ deles do ponto de vista do atual processo de padronização do português e, ainda mais, quais os aspectos da ‘intensão’ do mesmo conceito que podem ser empregados para distinguir os outros não-centros do conjunto em tela, refletindo, destarte, também sobre as possibilidades que cada um deles tem no futuro para eventualmente deixar de ser tão só depositário do padrão alheio e se tornar, pelo contrário, um centro padronizador autônomo.

Para tal, além (e antes) de lançar mão dos inúmeros parâmetros taxonômicos gerais indicados por Muhr (2016) e capazes de proporcionar uma visão largamente abrangente e detalhada do pluricentrismo lusófono “externo” ou “de primeiro nível”, pretendemos recorrer também ao auxílio fundamental da tipologia do sociolinguista alemão Ammon (1989, p. 89-90), construída com o intuito de dar conta do tipo e grau de estandardização (*kind and degree of standardization*) de toda língua e que, seguindo a lição de Stewart (1968), se fundamenta preliminarmente na dicotomia entre ‘endonormatividade’ e ‘exonormatividade’, isto é, entre um tipo

⁵ No original: “(...) several interacting centres, each providing a national variety with at least some of its own (codified) norms?” (tradução nossa).

⁶ O adjetivo “intensional” (com s) deriva da sua base nominal “intensão” (sempre com s), que remete ao campo da semântica e da filosofia da linguagem, indicando as características ou os traços pertinentes que permitem estabelecer quais objetos podem ser incluídos em um determinado conjunto.

de normatização mais ou menos endógeno ou mais ou menos exógeno, dependendo da presença de modelos (falante-modelo e autores) e códigos (dicionários, gramáticas), cuja autoctonia se distribui ao longo de uma escala decrescente com cinco graus:

1. Endonormatividade completa: os modelos e os códigos são de origem completamente interna ao Centro (C) (entende-se aqui 'centro' como o país da língua em uso);
2. Endonormatividade predominante: os códigos tem origem completamente interna, mas os modelos vêm parcialmente de fora do C;
3. Semi-endonormatividade: os códigos e os modelos são parcialmente internos e parcialmente externos em relação ao C;
4. Exonormatividade predominate: os códigos têm origem completamente externa, mas os modelos vêm parcialmente de dentro do C;
5. Exonormatividade completa: os modelos e o código são de origem completamente externa ao C⁷.

Digno de nota é que exatamente com base nessa escala, Ammon estabelece também uma graduação dos centros de padronização, a qual, contudo, consta apenas de quatro e não de cinco níveis, haja vista que o máximo grau de exonormatividade termina automaticamente por tirar qualquer razão teórica e operacional da existência daquele(s) centro(s) totalmente subalterno(s):

1. Centro completo (ou um centro pleno): totalmente endonormativo;
2. Centro quase pleno: predominantemente endonormativo;
3. Semi-centro: semi-endonormativo;
4. Centro rudimentar: predominantemente exonormativo⁸.

Pois bem, se aplicarmos os critérios acima elencados ao contexto dos Estados-nações da CPLP, o quadro que emerge do ideal pluricentrismo da língua portuguesa poderia ser o seguinte:

1. Um centro pleno, Portugal, com códigos e modelos inteiramente autóctones;
2. Um centro quase pleno, o Brasil, cujos modelos são, hoje, de todo nacionais, ao passo que os seus códigos não deixam de ser, pelo menos parcialmente,

⁷ "Full Endonormativity: the models and the codex are entirely from within C. Predominant endonormativity: the codex come entirely from within but the models come in part from outside C. Semi-endonormativity: the codex as well as the models come in part from within and in part from outside C. Predominant exonormativity: the codex come entirely from outside but the models come in part from within C. Full exonormativity: the models and the codex come entirely from outside C." (tradução nossa).

⁸ "Full centre (or fully-fledged centre): fully endonormative. Nearly full centre: predominantly endonormative. Semi-centre: semi-endonormative. Rudimentary centre: predominantly exonormative." (tradução nossa).

influenciados pelo legado linguístico da ex-metrópole. Neste caso, pensamos em especial nas gramáticas, as quais, mais do que os dicionários, dão a impressão de nem sempre terem conseguido se libertar por completo de todas as marcas normativas lusitanas. Isso pode ser visto, por exemplo, mesmo em meio a louváveis exceções, na gramaticografia do século XXI, de Bechara a Haury (Faraco; Vieira, 2016);

3. Um semi-centro, Moçambique, onde os modelos e sobretudo os códigos, a despeito do considerável volume de estudos inerentes a esta variedade, têm se confirmado, nos últimos anos, como bastante exógenos, na direção justamente daquela variedade europeia sendo considerada a única referência para o ensino escolar, conquanto, de acordo com Gonçalves (2010), ela coexista com a progressiva emergência do português moçambicano “descrito como um continuum dialetal feito por uma gradação que vai do acroleto em direção ao mesoleto e, por sua vez, ao basileto”⁹ (Chimbutane, 2018, p.103);
4. Um centro rudimentar, Angola, ou seja, um centro predominantemente exonormativo e ao qual Portugal continua fornecendo todos os códigos prescritivos a serem adotados em sala de aula (Bernardo, 2017, p. 49), embora os modelos, principalmente literários, sejam retirados, ao menos em uma pequena parcela e com todos os limites do caso (Gonçalves, 2013, p.162; Hagemeyer, 2016, p. 49), do ambiente cultural nacional.

Daí resulta que não faz realmente o menor sentido, com base nesse parâmetro técnico objetivo, continuarmos a repetir aquele surrado chavão de que o português é uma língua pluricêntrica falada por duzentos e quarenta ou cinquenta ou setenta (dependendo das estimativas) milhões de pessoas e em dez países, porque essa informação bem básica não nos diz praticamente nada sobre a natureza profundamente heterogênea de cada um daqueles contextos sociolinguísticos, onde, além do idêntico estatuto de oficialidade de que esse idioma goza, os centros que deveriam garantir a autêntica pluricentricidade do português apresentam características nem sempre compatíveis com esse papel.

Pense-se justamente, ainda, não só na distância abismal existente entre os dois únicos centros lusófonos efetivamente reconhecidos, a saber, Portugal e Brasil, cujos modelos e códigos

⁹ “(...) described as a lectal continuum made up of a gradation from acrolect through mesolect to basilect.” (tradução nossa).

são – em um caso plenamente e, em outro, quase plenamente - endonormativos, e os demais não centros da CPLP, todos, pelo contrário, sob esse aspecto, exonormativos: é claro, então, que isto desmente, de fato, o núcleo conceitual básico em que assenta toda a sustentabilidade teórica do pluricentrismo da língua portuguesa (sendo, com efeito, óbvio que se os supostos centros da Lusofonia não são todos verdadeiros centros, com a exceção de dois, o pluricentrismo deixa de existir e podemos falar, no máximo, em um bicentrismo), como também as diferenças internas igualmente significativas que hierarquizam os membros desses dois macroblocos (centros vs. não centros), porque é evidente que, de um lado, os dois centros de Portugal e Brasil não são centros totalmente equivalentes em termos de endonormatividade (Portugal é mais endonormativo do que o Brasil), assim como, do outro lado, nem todo o conjunto constituído pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste tem o mesmo grau de exonormatividade, sendo, por exemplo, Moçambique muito menos dependente de modelos e códigos produzidos alhures do que Cabo Verde, Guiné Bissau ou Timor-Leste.

Em outras palavras, não existem ainda, nesses países, normas nacionais do português, isto é, enquanto objetos padronizados. Estas normas podem até nem nunca vir a emergir no futuro, por várias razões, dentre as quais, razões de conveniência econômica e cultural (dimensões limitadas dos mercados linguísticos internos e a falta de prestígio das variantes locais em comparação com aquelas da norma-padrão). Adicionalmente, pensamos ser problemática a possibilidade de se definir certas características peculiares do português falado na África e na Ásia como sendo prova da existência de verdadeiras variedades vernaculares dessa língua, uma vez que isso implicaria uma espécie de equiparação entre o que não passa de “variedades interlinguísticas de português L2” (Gonçalves; Hagemeijer, 2015). Ora, tal equiparação seria fruto da influência ou interferência dos demais idiomas maternos presentes naqueles contextos multilíngues e efetivos padrões locais de português, já bastante compartilhados e em vias de codificação.

Entendamo-nos, porém, sobre isso: não estamos minimamente negando que interessantes mudanças estejam em andamento no português africano e asiático, tampouco que elas não sejam sempre imputáveis aos processos de aquisição/aprendizagem do português como L2 ou às situações típicas de línguas em contato (Alexandre; Gonçalves, 2016; Alexandre, 2018). Com efeito, reconhecemos plenamente o grande mérito dos estudiosos que nos têm vindo a proporcionar esse valioso manancial de dados. Só que, diferentemente de alguns desses autores, nós temos certezas menores acerca da possibilidade que os fenômenos descritos se configurem

como indícios de variedades em formação ou até em vias de estabilização, pois isso pressuporia uma meta, que, pelo contrário, independe da pura e simples evolução linguística delas, envolvendo também medidas políticas que inerem profundamente ao seu planejamento de *status* e, sobretudo, de *corpus* e que, logo, parecem, sem dúvida, mais difíceis de se prever.

Vale lembrar que, naturalmente, não ignoramos que determinadas circunstâncias, como, por exemplo, a “segregação” (Prada, 2010, p. 195) - leia-se: o parcial isolamento geográfico e social de um país, situação decerto não alheia a Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, impedindo a exposição daquelas populações a modelos linguísticos concorrentes - possam favorecer a consolidação de padrões nacionais, os quais, por vezes, servem também de esteio ao autorreconhecimento identitário daquelas sociedades.

No entanto, a questão aqui é outra: há, a sério, uma vontade política, além de uma conveniência econômica e cultural, por parte desses pretensos novos centros modelizantes da Lusofonia, para se tornarem independentes em relação ao padrão europeu do português? Pelo que está demonstrado na literatura científica sobre o assunto, se diria que não, levando em conta que os principais entraves à autonomização dessas variedades lusófonas são também de ordem prática, entre os quais destacamos: a quase ausência de adequadas políticas linguísticas, cuja implementação excederia a disponibilidade dos recursos financeiros dos governos (Silva; Sampa, 2017; Araujo, 2020; Santiago; Agostinho 2020); as dimensões limitadas dos mercados linguísticos internos, que tornariam custosa, e não apenas pouco rentável, a produção de materiais didáticos e compêndios normativos autóctones (Araujo, 2020); a falta de prestígio das variedades nacionais em comparação com a norma-padrão do PE, que continua, pelo contrário, sendo valorizada enquanto meio de internacionalização, forma de distinção cultural (Alexandre; Gonçalves, 2018; Silva; Sampa, 2017; Santiago; Agostinho, 2020) e, eventualmente, também meio “de ascensão socioeconômica” (Brandão, 2011, p. 174).

Sem considerar, ademais, que, mesmo sendo sempre problemático estabelecer empiricamente a quantidade e a qualidade das variantes que poderiam legitimar a individualização de uma variedade de língua, dominante ou não, a construção dela implicaria, seja como for, a seleção de uma norma, o que não se limita apenas à escolha do registro (em regra, o culto), mas também, e principalmente, do tipo de fenômenos que merecem ser registrados a fim de aquela norma poder se tornar uma referência para seus falantes.

3 Perguntas em busca de resposta

Assim, diante de tudo que expomos na seção anterior, será que constitui um objetivo realista invocar uma gestão pluricêntrica do português, com vistas, por exemplo, à produção de gramáticas e dicionários capazes de integrar, para usar as supramencionadas palavras de Silva (2018, p. 128), “quer a variação dentro de cada padrão nacional quer a variação entre diferentes padrões nacionais”? Ou seja, quando os modelos e os códigos são totalmente exonormativos, como na maioria dos PALOPs, cujos padrões são decalcados quase por inteiro do padrão europeu, qual a efetiva contribuição desses não-centros em função de uma standardização linguística autenticamente compartilhada? E, mesmo admitindo a eventualidade de se chegar a uma fase de “estabilização endonormativa” e de “diferenciação” (Schneider, 2003) de cada uma das variedades lusófonas, levando centrifugamente a uma autonomização delas, em que sentido essa eventual padronização pluricêntrica não inviabilizaria, e sim, inclusive, facilitaria, a internacionalização da língua portuguesa, visto que, longe de decorrer da sua fragmentação em uma pluralidade de normas nacionais, uma língua internacional deveria afinal assentar sobretudo em um padrão o mais possível convergente entre elas?

Sobre esse ponto, a fim de se evitar equívocos, diga-se desde já que nenhum de nós é tão ingênuo para sonhar com uma “codificação pan-lusófona de uma norma culta *supranacional*” (grifo no original) (Silva, 2020, p. 694)¹⁰ pensada em função de uma indevida e desnecessária homogeneização das lídimas variantes (de pronúncia, léxico, sintaxe, pragmática etc.) do português falado por falantes nativos, oriundos de diferentes países lusófonos. Em outros termos, não propomos nenhuma convergência artificial da maneira de falar português para quem já o tem como língua materna. Sugerimo-lo, no entanto, e sim, exclusivamente - conforme de resto convém, intrínseca e quase ontologicamente, a um idioma rotulado de internacional -, para quem deseja aprendê-lo como língua estrangeira, não tendo, portanto, esse aprendiz, nenhuma obrigação de se enveredar, durante todas suas interações comunicativas nessa nova língua, por um conjunto de formas supostamente equivalentes, mas, de fato, alternativas, com base em critérios não só diafásicos ou diastráticos, como também principalmente diatópicos.

¹⁰ “(...) pan-lusophone codification of a *supranational* educated norm (...)” (tradução nossa).

De resto, ainda, embora em uma ótica científica seja perfeitamente legítimo discretizar o melhor possível o quadro atual da Lusosfera¹¹, distinguindo, conforme a moda do momento, entre variedades dominantes e não dominantes (Muhr, 2012), a excessiva abrangência semântica desses dois rótulos não corre o risco de invalidar o significado deles, a ponto de torná-los epistemologicamente inconsistentes? Se, de fato, tudo o que não é variedade dominante de uma língua termina por ser, automaticamente, variedade não-dominante, sem nenhuma hipótese de classificação intermediária, será que essa macrocategorização ajuda realmente o nosso entendimento dos demais fenômenos existentes? Portanto, ressaltando o fato de o conceito de pluricentrismo poder ser legitimamente aplicado inclusive a línguas que têm apenas duas variedades (como, por exemplo, o italiano), se pensarmos, então, operacionalmente nessa desejada standardização pluricêntrica do português (com a qual, escusado será dizer, estamos, em tese, completamente de acordo), em que, afinal de contas, ela deveria se diferenciar a respeito da standardização bicêntrica que já temos, uma vez que os desvios autenticamente significativos a um padrão gramatical comum são, por enquanto, apenas aqueles provenientes de Portugal e do Brasil?

Não será, por conseguinte, que, ao lado desse pluricentrismo luso-brasileiro que já existe *in re* (em cuja ilimitada expansão, para além do eventual surgimento vindouro de uma norma moçambicana, talvez não valha muito a pena apostar, por ser pouco funcional, para não dizer até contraproducente aos vários interesses da comunidade de fala lusófona), é, antes, preferível investir em um padrão internacional propositalmente reservado para aprendizes estrangeiros e, por isso, suficientemente desnacionalizado (conquanto sem ser artificial) para se tornar instrumento da efetiva internacionalização do português?

4 Da praxe a práxis e vice-versa

Diante dos questionamentos que fizemos, uns sugerindo algumas respostas e implicando certos posicionamentos, outros estando ainda por ser resolvidos - necessitando de maiores reflexões e/ou investigações para se alcançar soluções futuras -, consideramos importante discutir

¹¹ Entendemos e, da mesma maneira, empregamos o termo 'lusosfera' como uma espécie de decalque do inglês Anglosphere, um termo oriundo do âmbito da geopolítica e que se refere à esfera de influência de um país e de uma língua-cultura sobre os demais.

também as características práticas relacionadas ao pluricentrismo e à internacionalização do português.

A fim de tornar esta discussão mais clara, nossa exposição aqui está organizada do nível micro em direção ao macro ou, poderíamos dizer, na forma *bottom-up*, já que partimos das práticas individuais dos falantes da Lusofonia até chegarmos às ações propostas por entidades supranacionais, principalmente o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e a CPLP.

4.1 Sobre os falantes

Se pensarmos, primeiramente, no nível do falante nativo de português, já que discorreremos adiante sobre os falantes de Português L2 e o ensino de Português Língua Estrangeira (doravante PLE), é conspícuo o fato de os estudos sobre crenças e atitudes linguísticas sobre o uso do português nos países multilíngues da CPLP ou das diferentes variedades do português ainda serem reduzidos e o que podemos afirmar aqui se baseia em nossa observação. O que percebemos, inicialmente, é que o conceito de 'lusofonia', bem como sua relevância são praticamente inexistentes no cotidiano do cidadão lusofalante por uma série de motivos, já que, na maioria dos cenários nacionais, a Lusofonia não é assunto presente no dia a dia, tampouco ensinado ou valorizado nas escolas. Isso se junta à situação econômica de grande parte dos países lusófonos e de suas respectivas distâncias geográficas, o que reduz o trânsito de pessoas nesses países, o qual acontece somente dentro do âmbito específico de acordos políticos, acadêmicos, comerciais etc., sendo casos particulares de migração muito reduzidos. O mesmo pode ser mencionado sobre as classes mais abastadas, tal cenário mencionado aqui não se modifica, visto que os PALOP e Timor-Leste dificilmente são cogitados como escolhas principais, em nível particular ou micro, nos setores turísticos, educacionais, acadêmicos, comerciais, industriais, entre outros. Aqui, novamente, vemos a predominância de Portugal e Brasil que acolhem e/ou são alvos de diversos tipos de acordos, projetos, cooperações, acolhimento, migrações etc. Digno de nota é que, nas últimas décadas, assistimos a um aumento no prestígio do PB e sua influência linguística nos demais países lusófonos, principalmente por causa de bens culturais e meios de difusão tecnológicos (ex. música brasileira – rádio; filmes e telenovelas brasileiros – televisão; conteúdos digitais variados e influenciadores digitais brasileiros – internet). Ademais, as crenças e atitudes linguísticas dos falantes de português, apesar de ora se revelar complexa e contraditória (a depender de diversos fatores psicológicos, socioeconômicos e

situacionais)¹², ora ser simplista (reduzida a uma postura romântica ou racionalista), tendem a valorizar a norma do PE como uma fonte de prestígios variados, como alta escolaridade, riqueza, elitismo e ascensão social¹³.

4.2 Sobre o ensino

Quando falamos do ensino, a situação se torna ainda mais complicada, já que, outra vez com exceção de Portugal e Brasil, as políticas linguísticas e educacionais nos demais países lusófonos, bem como o sistema educacional se apresentam com uma série de problemas e desafios, os quais dependem de ajudas e projetos de cooperação de entidades internacionais (governos de outros países, ONGs, universidades, empresas) e supracionais (ONU, UNESCO, Banco Mundial) para oferecer algum tipo de apoio.

Tudo isso que foi mencionado concerne apenas ao cenário educacional lusófono, o qual podemos situar em um status de ensino de português como língua materna ou como língua segunda. Porém, quando se trata do ensino de português como língua estrangeira, ou seja, em países não lusófonos, mas que possuem interesse em aprender a língua portuguesa, encontramos ainda mais adversidades. Começamos pelas próprias perguntas de base, que, quando falamos do ensino de português para estrangeiros, se reduzem essencialmente às seguintes: o que devemos ensinar? Como devemos ensinar? E também: para quem ensinar? A primeira pergunta, na maioria das vezes, é respondida de imediato com o professor citando a sua variedade do português como resposta, em outras palavras, professores portugueses querem ensinar o PE, enquanto brasileiros, o PB. Isso acaba por gerar certa rivalidade, colocando as instituições e os aprendizes interessados no português em uma situação desconfortável, ao serem, de certa forma, impelidos a escolher de

¹² Tal complexidade e contradição são reveladas em certos estudos, como o de Cao Ponso (2014) e Langa (2019), para Moçambique, e Albuquerque (2022), para Timor-Leste, em que os mesmos falantes, às vezes, exaltam e valorizam a língua portuguesa, porém, em outros momentos, apresentam uma postura neutra ou indiferente a ela, procurando também prestigiar alguma língua nacional.

¹³ Estudos sobre atitudes linguísticas e percepção de sotaque no mundo lusófono revelam que ainda persistem visões preconceituosas, quando o assunto é as variedades de prestígio do português, da maioria dos falantes da língua portuguesa, que procuram beneficiar usuários da norma europeia, mesmo não nativos (brasileiros, africanos de diferentes países), enquanto aqueles que procuram manter, como uma espécie de resistência e manutenção de sua identidade cultural, algum tipo de sotaque de uma variedade local do português, acabam por sofrer discriminação e ter oportunidades reduzidas na sociedade (Gama, 2018; Souza, 2014). Vale ressaltar que estudos mais recentes, realizados em Portugal (Merçon, 2022) e no Brasil (Santos; Rosa, 2022), apenas reforçam os resultados anteriores, apontando que preconceitos linguísticos em relação à sotaques/ variedades distintas do português afetam negativamente a vida do falante, como em em processo seletivo para vaga de emprego, no Brasil (Santos; Rosa, 2022), ou para alugar um imóvel, em Portugal (Merçon, 2022).

antemão apenas uma variedade (a do professor), excluindo, portanto, a possibilidade de qualquer interação com a outra, a não ser que se façam investimentos e esforços maiores para disponibilizar as duas variedades, PE e PB, bem como para criar condições para o ‘convívio’ entre elas em solo estrangeiro. Isso implica, afinal de contas, para uma instituição (curso, departamento, faculdade), ter que contratar mais profissionais, oferecer mais disciplinas, produzir e usar mais materiais etc¹⁴.

Há, ainda, aqueles que pensam que o ensino de um ‘português pluricêntrico’, ou um ‘ensino pluricêntrico’ do português, seja a solução para tal embate de variedades, uma espécie de terceira via. Tal postura, contudo, pode ser ainda pior, pois acabaria por trazer alguma confusão ou, simplesmente, uma incógnita à complexa equação da internacionalização do português como LE. Sabemos que há vários manuais de PLE que abordam brevemente outras variedades do português, isso, porém, não se caracteriza como pluricentrismo, bem como tais conteúdos devem ser ensinados com certo cuidado pelo professor, principalmente no que tange à competência receptiva, a depender do perfil dos aprendizes. Isso ocorre porque, conforme discutimos nas seções anteriores, se não conseguimos delimitar a dimensão do pluricentrismo do português, tampouco documentar as características globais e locais, como podemos falar de ensiná-las, de elaborar materiais didáticos ou metodologias de ensino? Podemos continuar e perguntar também o que seria um ensino de português pluricêntrico ou um ensino pluricêntrico do português? Lamentavelmente, no estado atual das reflexões teóricas, das pesquisas sobre o tema e das práticas educativas, ainda não temos respostas para isso.

Assim, longe de querermos polemizar ou criticar, de maneira infundada, os trabalhos louváveis de colegas que atuam no ensino e elaboração de materiais didáticos de PLE, pois sabemos das dificuldades dessas atividades e da necessidade de tais publicações, ao analisar materiais existentes que se autodenominam, de alguma maneira, “pluricêntricos”, não percebemos ali toda a complexidade do conceito de pluricentrismo, mas apenas suas versões um tanto reducionistas ou generalistas, que não raro se limitam a tanger a superfície do problema. Na prática, de acordo com essas concepções, ser pluricêntrico se limita a: comparar o PE com o PB; listar aleatoriamente variações e/ou diferenças na pronúncia e no vocabulário entre alguns países

¹⁴ Este fato não significa que os profissionais de PLE na atualidade não estejam aptos a ensinar diferentes variedades do português e seus aspectos culturais, ao contrário, grande parte desses docentes apresentam formação e capacidade para isso, mas o que vemos é ora uma ideologia, de certos docentes, marcada pela rivalidade entre Brasil e Portugal, recusando-se, assim, a ensinar a variedade do Outro, bem como algumas instituições que reproduzem mitos linguísticos, considerando que o melhor professor de uma determinada língua/ variedade é apenas o falante nativo.

lusófonos; ou apontar aspectos culturais, históricos, comportamentais, ideológicos e curiosidades dentro da Lusofonia. Diante do exposto sobre a teoria do pluricentrismo, de que maneira tais materiais e concepções podem contribuir para a situação do pluricentrismo, da Lusofonia ou para suas respectivas pesquisas? Infelizmente, a nosso ver, a contribuição é, às vezes, quase nula. Ainda, outro ponto negativo a respeito dessas publicações é que elas se apresentam de maneira prematura, já que, se não há uma gramática pluricêntrica, um português internacional ou uma norma supracional da língua portuguesa para se ensinar estrangeiros, em que norma esses materiais foram escritos e se basearam? E, ao abordar as diferentes variedades, qual norma nacional foi utilizada (qual norma do PB? Qual norma, se é que há, de Angola, de Moçambique etc.)? Fica claro que essas obras foram escritas na norma nativa de seus autores e os exemplos de outras normas são retirados de estudos linguísticos específicos, que, por sua vez, documentaram alguma comunidade de fala delimitada, ou seja, não podemos falar de outras normas, mas apenas de recortes de um objeto, fazendo, por conseguinte, com que, em tais obras, tenhamos somente a presença de uma norma, embora com alguns exemplos de variedades de português faladas em outros países, afinal, uma espécie de colcha de retalhos, por isso consideramos importante a cautela ao se abordar tais conteúdos e, da mesma maneira, quando se trata da competência receptiva como solução para a intercompreensão dialetal para o aprendiz de PLE.

Por fim, um último ponto em relação ao ensino, diz respeito ao professor, tendo sempre em mente, a partir dos planejamentos e das políticas linguísticas relativas a cada país, para quem está ensinando, o perfil da turma e do aprendiz. Se voltarmos ao ponto anterior, sobre os materiais, cabe ao profissional se perguntar em que medida é bom, para o desenvolvimento das habilidades e competências linguísticas do aprendiz estrangeiro de português, falarmos de normas, variedades e variação? Isso ajudará ou prejudicará tal aprendiz? De acordo com nossa experiência e prática, afirmamos que isso contribui pouco, podendo até prejudicar, no processo de aprendizagem do aluno estrangeiro, o qual se deparará com uma gama de dados e informações linguísticas que interessa apenas aos especialistas ou aos estudantes avançados, os quais desejam aprofundar seus conhecimentos em português ou dar continuidade a seus estudos em níveis de pós-graduação. Mulinacci (2016) resume bem tal questão na seguinte passagem:

(...) é não menos provável que haja também um número significativo deste conjunto pouco ou nada interessado em se integrar numa das duas culturas-alvo da Lusosfera e desejoso somente de adquirir um domínio do português que lhe permita viajar pelos estados da CPLP, fazer ali negócios, comunicar

com as populações residentes ou simplesmente entrar em contato com outros utentes internacionais desta língua. Em suma, lusofalantes substancialmente indiferentes, por exemplo, às questões do neocolonialismo linguístico levantadas pela noção de Lusofonia ou que não estão devidamente inteirados dos aspetos interculturais que afetam a aprendizagem da língua nem dos problemas de compreensão ligados aos principais eixos de variação dela (...) (Mulinacci, 2016, p. 121)¹⁵.

4.3 Sobre as políticas linguísticas

Em relação às normas e aos centros do português, conforme já exposto, temos, na Lusofonia, a predominância de duas normas: da norma brasileira, mais limitada ao território brasileiro, e da norma portuguesa, que está presente em Portugal e é ensinada de maneira dominante nos demais países lusófonos. Contudo, a realidade linguística é sempre mais complexa do que está descrito nos recortes científicos, exigindo, por isso, a constante investigação e atualização das pesquisas em busca de novos conhecimentos. Afirmamos isso porque estudos, como o de Silva (2018), vêm confirmar o fato de que, cada vez mais, o PB está a se diferenciar, afastando-se do PE, porém, simultaneamente, há investigações que apontam a aproximação do PB a diferentes variedades africanas do português, chegando a se mencionar um continuum no Atlântico, entre o português do Brasil e o da África (Petter, 2009, 2015; López; Gonçalves; Avelar, 2018; Oliveira; Araújo, 2019). Podemos mencionar, ainda, o cenário mais atual, em que o PB vem influenciando, de maneira marcante, as crianças portuguesas, que estão ‘falando como brasileiros’ (Estado Conteúdo, 2021), de acordo com várias reportagens que vêm abordando o assunto nos últimos anos, como em Silva (2021). Esse fenômeno é outro que requer investigações, já que ainda não se sabe qual é a influência exata do PB no PE, quais são as causas reais e se isso permanecerá no desenvolvimento linguístico dessas crianças¹⁶. Esses são alguns casos de como

¹⁵ Estamos cientes de que, a respeito deste tópico, nas poucas publicações existentes, a maioria dos autores advogam um ‘pluricentrismo’ e um ensino das diferentes variedades do português aos aprendizes de todos os níveis, identificamos, porém, a necessidade, novamente, tanto de um número maior de investigações, como também a apresentação de mais dados e argumentos sólidos, visto que percebemos mais o desejo pessoal do que o embasamento científico. Entre exemplos notáveis de estudos linguísticos e empíricos sobre o assunto, podemos citar Döll (2001), que argumenta a favor do ensino de características específicas ao PB ou PE de acordo com o grau de complexidade, mas com ênfase no aprendiz avançado, ou Svobodová (2016), que, de maneira distinta, aponta que os estudantes estrangeiros têm motivos particulares para aprender o português, bem como possuem preferência de uma variedade específica, no caso da pesquisa realizada, na República Tcheca, o PE.

¹⁶ Apenas como um exemplo da influência linguística e cultural brasileira em Portugal, há o estudo de Lepetri (2018), em que analisa essa influência desde a década de 1940, iniciada por meio da música e difundida via rádio. Nas últimas décadas, vimos outro, desta vez, via cinema e televisão, principalmente as telenovelas do Brasil. Por fim, nos últimos anos, vários fatores são apontados, nas reportagens citadas, como causadores das influências recentes, entre eles: a grande migração brasileira para Portugal, os problemas do isolamento social durante a pandemia, a dominância do

o cenário da Lusofonia é complexo e, quando se fala em centros, normas ou modelos linguísticos, ainda temos pouco conhecimento a respeito, bem como estes conhecimentos não são estáticos¹⁷. Assim, o que enfatizamos aqui é a urgência de pesquisas sobre a situação linguística do português nos diferentes espaços da Lusofonia, juntamente com fenômenos sociolinguísticos e de linguística aplicada, somados com estudos comparativos entre as variedades, a fim de podermos, com isso, ter dados mais sólidos para enriquecer o debate sobre a pluricentralidade do português e, futuramente, cogitar a possibilidade de se falar de uma gramática pluricêntrica do português ou da criação de uma norma supranacional, desta vez, porém, com bases científicas e didáticas.

Finalmente, no nível macro, o nível das políticas linguísticas para a promoção e difusão internacional do português, ainda encaramos vários problemas também. Dentre os estados-membros da CPLP, mais uma vez, apenas Portugal e Brasil investem em ações para a internacionalização do português, tanto em setores econômicos, comerciais, diplomáticos, culturais, científicos e tecnológicos, como no ensino de português como língua estrangeira. Em relação ao ensino de português, Portugal se destaca por apresentar uma política clara, objetiva, contínua, centralizada, com maiores investimentos, órgãos especializados (principalmente o Camões, I. P.) e um amplo número de escolas, centros, departamentos e profissionais espalhados pelo mundo. De maneira distinta, o Brasil, que deveria ser o país pioneiro na promoção e difusão internacional do português, enquanto o maior país lusófono da atualidade, ainda não apresenta uma política bem definida, marcada por descontinuidades e generalizações, bem como um número reduzido de programas e ações (entre elas: o leitorado brasileiro e o Instituto Guimarães Rosa), investimentos e profissionais (Carvalho; Schlatter, 2011; Schoffen; Martins, 2016)¹⁸. Além disso, há algumas exceções, conquanto escassas, como uma série de iniciativas cumpridas por Angola

PB nos conteúdos da internet (textos, vídeos, streaming, postagens, memes etc.) e a dependência tecnológica/ virtual da geração mais nova. Contudo, temos uma visão menos sensacionalista, na qual consideramos importante a pesquisa sobre este tópico, a fim de emitirmos uma opinião fundamentada cientificamente e não crenças alarmistas ou atitudes preconceituosas.

¹⁷ Ademais, uma outra área de pesquisa, ainda inexplorada na Lusofonia, é a da percepção linguística, seja de cunho descritivo ou sociolinguístico, já que se percebe, nas interações em língua portuguesa, que falantes da norma europeia (portugueses ou africanos) apresentam maior facilidade de compreensão do PB e de diferentes sotaques, enquanto os falantes de PB (brasileiros) têm dificuldades em compreender o PE e os sotaques de outros falantes lusófonos. Trazemos esta informação aqui apenas para reiterar a complexidade do cenário lusófono, porém pouco podemos dizer mais a respeito, devido à escassez, já mencionada, de investigações.

¹⁸ Por ter surgido recentemente, em 2022, não podemos ainda avaliar os resultados do Instituto Guimarães Rosa em relação a seu impacto na internacionalização da língua portuguesa, bem como são poucas as publicações que mencionam algo a respeito deste novo órgão do governo brasileiro, como Faraco (2023). Contudo, podemos adiantar uma coisa, caso permaneçam iguais ou similares a estrutura, os regulamentos e as verbas anteriores, tal instituto não trará contribuição alguma, sendo apenas uma mudança de nome, com o Brasil continuando a ter um papel coadjuvante na promoção do português.

junto à CPLP, conforme o Plano de Ação de Praia (CPLP, 2021); os acordos de cooperação entre Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste (Sá, 2021); e ações do IILP em sua sede, em Praia, que possui apoio da CPLP, com destaque de Cabo Verde. E, as entidades supranacionais dedicadas à Lusofonia são o IILP e a CPLP, cujos documentos principais, planejamentos e práticas podem ser consultados nos planos de ação, publicados a cada três anos, com o último sendo o já mencionado Plano de Ação de Praia (CPLP, 2021). Contudo, conforme análise deste documento, conduzida recentemente por Delfino, Boganika e Albuquerque (2023), os autores mostraram que as ações listadas para a promoção do português são gerais, sem a presença de agentes, ou detalhes sobre suas respectivas implementações, tampouco métodos para verificar e avaliar como ou se foram colocadas em práticas. Ainda, os planos de ação falam pouco, ou nada, a respeito de quais ações dos planos anteriores foram efetuadas ou não, bem como se apresentaram impacto ou resultados positivos. De maneira distinta, o IILP é que vem apresentando ações menores, porém concretas e significativas, como o lançamento do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira (PPPLE), que apresenta materiais didáticos para o ensino e é escrito nas diferentes variedades do português por diversos professores (Mendes, 2016); o desenvolvimento do Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) e do banco de dados dos vocabulários nacionais (Almeida et al., 2013); o projeto de Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa; bolsas e financiamentos de projetos e pesquisadores que contribuem para a promoção e difusão do português; encontros, publicações e divulgações variados a respeito dos países e das variedades/ variações do português.

De acordo com o que apresentamos aqui, avaliamos que as contribuições para o estudo do pluricentrismo e da internacionalização do português, tanto do ponto de vista de seus desdobramentos teóricos como de suas aplicações práticas ainda são parciais, sincopadas e diminutas. Com isso, concordamos com a ideia de que, quando se abordam os temas estudados aqui, devemos ter certo cuidado ao aplicar conceitos, ou rótulos, como se fossem verdades incontestáveis e talvez valha sempre a pena submetê-los ao crivo prévio da realidade, evitando transformá-los em uma petição de princípio.

Considerações finais, ou ‘Para além de um português pluricêntrico e internacional’

Procuramos argumentar em nosso texto que o conceito de pluricentrismo, na atualidade, tornou-se um modismo acadêmico, principalmente quando se refere ao português. Esse modismo

ganhou ainda mais espaço devido a um *wishful thinking* por parte de alguns professores e pesquisadores (e, talvez, de alguns decisores no âmbito da política linguística do português), desejosos por aplicar um status pluricêntrico e internacional, às vezes imaginário ou, ao menos, distante da realidade, à língua portuguesa, fazendo com que os conceitos de ‘pluricentrismo’ e ‘internacionalização’ ficassem com um sentido distinto do que seus teóricos iniciais o haviam construído.

Desse ponto de vista, deixando de lado o fato óbvio de, com esse artigo, não quisermos de maneira alguma denegrir a relevância internacional da língua portuguesa, nem a competência e o profissionalismo dos estudiosos e professores que em todo o mundo vêm se dedicando a ela, e nos limitarmos apenas a sugerir um maior aprofundamento teórico das abordagens científicas dos temas em apreço, nem tudo, porém, está completamente perdido. Por paradoxal que pareça, com efeito, essa condição de “moderada” pluricentricidade do português, longe de ser uma fraqueza com vistas à sua internacionalização, representa exatamente a mais-valia do projeto político visando a desejada transformação dessa língua de uma dimensão intra-nacional em uma autenticamente inter-nacional, uma vez que, como todo mundo sabe, o status de internacionalidade de um idioma passa também pela subtração, e não pela adição, dos seus padrões normativos (e, por exemplo, o processo de esperantização e balcanização atual do inglês, face à manutenção do prestígio global das duas normas históricas de referência, é, no fundo, a demonstração cabal de tudo isso).

Nesse sentido, se o português quiser realmente aspirar a se tornar uma língua internacional, na concreta acepção de “language of wider communication”, isto é, capaz de ser usada como instrumento de comunicação entre falantes estrangeiros de outras línguas e não apenas de outras variedades internas dela, talvez valha a pena investir de modo sério em um seu planejamento de corpus rumo às exigências expressivas de um aprendiz aloglota ao invés de um planejamento de status em função das, embora legítimas, ambições identitárias das variedades nativas, oriundas dos diversos “centros” locais.

E quem sabe que, afinal, um português um pouco menos pluricêntrico, sem deixar de ser diferente, e um pouco mais internacional, sem deixar de ser também nacional, não seja o futuro que todos nós desejamos para essa língua.

CRedit
Reconhecimentos:
Financiamento: Não é aplicável.
Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética: Não é aplicável.
Contribuições dos autores:
ALBUQUERQUE, Davi; MULINACCI, Roberto. Conceitualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.

Referências

- AGUIAR E SILVA, V. Ilusões e desilusões sobre a política da língua portuguesa. In: GAMA, M. (org.). *A política da língua portuguesa*. Braga: Universidade do Minho, 2007, p. 13-26.
- ALBUQUERQUE, D. O português como língua pluricêntrica e as atitudes linguísticas de falantes em Timor-Leste. *Caderno Seminal*, n. 42, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/seminal.2022.64435>.
- ALEXANDRE, N. Aquisição do português L2 em Cabo Verde: alguns aspectos morfossintáticos do contato. In: OLIVEIRA, M. S.; ARAUJO, G. A. (orgs.). *O Português na África Atlântica*. 2ª ed. São Paulo: EdFFLCH/USP, 2019. p. 139-163.
- ALEXANDRE, N.; GONÇALVES, R. Language contact and variation in Cape Verde and São Tomé e Príncipe. In: LÓPEZ, L. A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (eds.). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2018. p. 237-265.
- ALMEIDA, G. M. et al. Vocabulário Ortográfico Comum (VOC): constituição de uma base lexical para a língua portuguesa. *Estudos Linguísticos (São Paulo)*, v. 42, n. 1, p. 204-215, 2013.
- AMMON, U. Towards a Descriptive Framework for the Status/Function (Social Position) of a Language Within a Country. In: AMMON, U. *Status and Function of Language Varieties*. Berlin/ New York: De Gruyter, 1989. p. 21-106.
- AMMON, U. On the social forces that determine what is standard in a language – with a look at the norms of non-standard language varieties. In: PANDOLFI, E. M.; MIECZNIKOWSKI, J.; CHRISTOPHER, S.; KAMBER, A. (eds.). *Studies on Language Norms in Context*. Viena: Peter Lang, 2017. p. 17-36.
- ARAUJO, G. A. Portuguese Language Expansion in São Tomé and Príncipe: an Overview. *Diadorim*, v.22, n.1, p. 57-78, 2020.
- BATOREO, H. J. Que gramáticas temos para estudar o português língua pluricêntrica?. In: TEIXEIRA, J. (org.) *O português como língua num mundo global. Problemas e potencialidades*. Famalicão: Editora Húmus, 2016. p.85-101.
- BAXTER, A. N. Portuguese as a Pluricentric Language. In: CLYNE, M. (ed.). *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin/ New York: De Gruyter, 1992. p. 11-43.

- BECKERT, R. Kabuverdianu no sistema educativo em Cabo Verde e o seu status em relação ao português. *Linguagem & Ensino*, v.23, n.4, p. 1224-1247, 2020.
- BERNARDO, E. P. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, v.32, p. 39-54, 2017.
- BRANDÃO, S. F. Concordância nominale em duas variedades do português: convergências e divergências. *Veredas*, v.15, n.1, p. 164-178, 2011.
- CAO PONSO, L. “As línguas não ocupam espaço dentro de nós”: práticas, atitudes e identidades linguísticas entre jovens moçambicanos plurilíngues. 2014. 313 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- CARVALHO, S. C.; SCHLATTER, M. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. *Cadernos do IL*, n. 42, p. 260-284, 2011.
- CHIMBUTANE, F. Portuguese and African Language in Mozambique. A sociolinguistic approach. In: LÓPEZ, L. A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (eds.). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2018. p. 89-110.
- CLYNE, M. Introduction. In: CLYNE, M. (ed.). *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin/ New York: De Gruyter, 1992a. p. 1-9.
- CLYNE, M. Epilogue. In: CLYNE, M. (ed.). *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin/ New York: De Gruyter, 1992b. p. 455-465.
- CPLP. *Plano de ação de Praia*. Luanda, 2021. Disponível em: https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2f1_CPLP%2fXII-CCEG%2fPR15_Plano+de+Acao+da+Praia_2021.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.
- DELFINO, M.; BOGANIKA, L.; ALBUQUERQUE, D. Descriptive analysis of the Action Plan of Praia (2021) of CPLP. *Matraga*, v. 30, n. 58, p. 19-30, jan./abril. 2023. DOI:10.12957/matraga.2023.70184.
- DÖLL, C. Zur Vermittlung grammatischer Normelemente des europäischen und des brasilianischen Portugiesischen in der Sprachausbildung an der Hochschule. In: GÄRTNER, E.; HERHUTH, M. J.; SOMMER, N. (eds.). *Contribuições para a Didáctica do Português Língua Estrangeira. Actas da secção “Didáctica do Português Língua Estrangeira” do IV Congresso da Associação Alemã de Lusitanistas*. Frankfurt am Main: TFM 2003, 2001. p. 191-213.
- DUARTE, I.M. Português, língua pluricêntrica: formação de professores de PLE na Universidade do Porto. In: KOCH, C.; REIMANN, D. (eds.), *As variedades do português no ensino de português língua não materna*. Tübingen: Narr Francke Attempto, 2019, p. 47-58.
- ESTADÃO CONTEÚDO. Crianças portuguesas estão ‘falando como brasileiros’, entenda por quê. *Exame*, São Paulo, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://exame.com/casual/criancas-portuguesas-estao-falando-como-brasileiros-entenda-por-que/>. Acesso em 23 jun. 2023.
- FARACO, C. A. O Português no contexto político das grandes línguas internacionais. *Lingue e Linguaggi*, v. 57, p. 57-71, 2023.
- FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (orgs.). *Gramáticas Brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016.
- GAMA, E. E. *Sotaque percebido e estratégias de aculturação em estrangeiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e brasileiros a viverem em Portugal*. 2018. 50 f.

Dissertação (Mestrado Psicologia das Relações Interculturais), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

GONÇALVES, P. *A génese do português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2010.

GONÇALVES, P. O português em África. In: RAPOSO, E. P. et al. (eds.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 157-178.

GONÇALVES, R.; HAGEMEIJER, T. O português num contexto multilíngue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane: Série Letras e Ciências Sociais*, p. 87-107, 2015.

HAGEMEIJER, T. O português em contacto em África. In: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/ Boston: De Gruyter, 2016. p. 43-67.

INVERNO, L. Angolan Portuguese: its historical development and current sociolinguistic setting, In: LÓPEZ, L. A.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. O. (eds.). *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2018. p. 111-133.

JOSEPH, J.E. *The rise of language standards and standard languages*. London: Francis Pinter, 1987.

LANGA, D. Percepções da comunidade moçambicana bilingue em relação ao uso do português e das línguas maternas Bantu. *Tabuleiro de Letras*, v. 13, n. 3, p. 259-281, 2019.

LEPETRI, P. Influências brasileiras num novo estilo comunicacional: uma visão invasora dos "brazucas" na radiodifusão portuguesa. *OMNIA – Revista Interdisciplinar de Ciências e Artes*, v. 8, n. 1, p. 61-70, 2018.

MERÇON, M. S. *Discriminação linguística na procura por arrendamentos para habitação familiar na cidade de Coimbra*. 2022. 78 f. Dissertação (Mestrado em Administração Público-Privada) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022.

MENDES, E. Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de Português LE no PPPLE. In: ORTIZ, M. L. A.; GONÇALVES, L. (orgs.). *O Mundo do Português e o Português no Mundo Afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes, p. 293-310, 2016.

MULINACCI, R. Não falem português, falem brasilês. Algumas notas sobre a noção de português como língua internacional. In: TEIXEIRA, J. (Ed.). *O português como língua num mundo global. Problemas e potencialidades*. Famalicão: Editora Húmus, 2016. p. 103-127.

MUHR R. Linguistic dominance and non-dominance in pluricentric languages. A typology. In: MUHR, R. (ed.). *Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages. Getting the Picture. In Memory of Michael Clyne*. Viena: Peter Lang, 2012. p. 23-48.

MUHR, R. The state of the art of research on pluricentric languages: Where we were and where we are now. In: MUHR, R. (ed.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide. Part I: Pluricentric Languages across Continents. Features and Usage*. Viena: Peter Lang, 2016. p. 13-36.

OLIVEIRA, G. M. O sistema de normas e a evolução demolinguística da língua portuguesa. In: ORTIZ, M. L. A.; GONÇALVES, L. (orgs.). *O Mundo do Português e o Português no Mundo afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes, 2016. p. 25-43.

- PETTER, M. T. Aspectos morfossintáticos comuns ao português angolano, brasileiro e moçambicano. *Papia – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, v.19, p. 201-220, 2009.
- PETTER, M. T. Ampliando a investigação do continuum afro-brasileiro de português. *Papia – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, v. 25, n. 2, p. 305-317, 2015.
- POLL B. Essai de standardologie comparée: quelques éléments pour une comparaison de l'espagnol e du portugais européens et americaine. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, v. 79-3, p. 907-930, 2001.
- PRADA, M. LIPSI. Il lessico di frequenza dell'italiano parlato in Svizzera. *Italiano LinguaDue*, v.1, p. 182-205, 2010.
- SA, V. *O envolvimento de Moçambique e Guiné-Bissau na questão de Timor-Leste (1974-2002): um estudo sobre a diplomacia da libertação a partir da documentação do CIDAC*. 2021. 90 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Bahia, 2021.
- SANTIAGO, A. M.; AGOSTINHO, A. L. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. *A Cor das Letras*, v.21, n.1, p. 39-61, 2020.
- SANTOS, L. G.; ROSA, A. C. Preconceito linguístico no processo decisório: uma análise experimental. *XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022*. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/5ea363a74cddf7e0b3110d79212cc89c.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.
- SCHOFFEN, J. R.; MARTINS, A. F. Políticas linguísticas e definição de parâmetros para o ensino de português como língua adicional: perspectivas portuguesa e brasileira. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Novo Hamburgo, RS. Vol. 14, n. 26 (mar. 2016), p. 271-306, 2016.
- SCHNEIDER, E. W. The dynamics of new Englishes: from identity construction to dialect birth. *Language*, v.79, n.2, p. 233-281, 2003.
- SILVA, A. S. O português no mundo e a sua standardização: entre a realidade de uma língua pluricêntrica e o desejo de uma língua internacional. In: BARROSO, H. (coord.). *O Português na Casa do Mundo*. Famalicão: Húmus, 2018. p. 111-132.
- SILVA, A. S. Normative Grammars. In: LEBSANFT, F.; TACKE, F. (eds.). *Manual of Standardization in the Romance Languages*. Berlin/ Boston: De Gruyter, 2020. p. 679-700.
- SILVA, C. O Brasil está a invadir o vocabulário dos mais novos. *Notícias Magazine*, Porto, 08 set. 2021. Disponível em: <https://www.noticiasmagazine.pt/2021/o-brasil-esta-a-invadir-o-vocabulario-dos-mais-novos/estilos/comportamento/265958/>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- SILVA, C. L.; SAMPA, P. J. Língua portuguesa na Guiné-Bissau e a influência do crioulo na identidade cultural e no português. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, v.32, p. 231-247, 2017.
- SOUZA, L. E. *A influência da categorização pelo sotaque na discriminação*. 2014. 176 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SVOBODOVÁ, I. Português como língua estrangeira na República Checa. In: TEIXEIRA, J. (Ed.). *O português como língua internacional num mundo global*. Problemas e potencialidades. Famalicão: Editora Húmus, 2016. p. 141-160.